



PARECER PRÉVIO Nº 2/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11876/2016.

Apensos: Processo nº 11853/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença

4- Exercício: 2015

5- Responsável: Raimundo Nonato Souza Martins (Prefeito Municipal)

6- Advogado: Não Possui

7- Unidade Técnica: DICOP e DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 5661/2018-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas do **Sr. Raimundo Nonato Souza Martins**, responsável pelas contas da Prefeitura de São Paulo de Olivença, exercício de 2015.

11- Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Janeiro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 2/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Conselheira-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 2/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 2/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11876/2016.**
Apensos: Processo nº 11853/2015.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** Raimundo Nonato Souza Martins (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP e DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5661/2018-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença. Exercício de 2015.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a prestação de contas do **Sr. Raimundo Nonato Souza Martins**, responsável pelas contas da Prefeitura de São Paulo de Olivença, exercício de 2015.
- 10.2. **Considerar em Alcance** o **Sr. Raimundo Nonato Souza Martins**, no valor de **R\$ 767.430,45** (setecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e trinta reais e quarenta e cinco centavos), sendo **R\$ 683.495,43** (seiscentos e oitenta e três mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e quarenta e três centavos) em solidariedade com a empresa Marreira Construções e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. e **R\$ 76.135,32** (setenta e seis mil, cento e trinta e cinco reais e trinta e dois centavos) em solidariedade com a empresa P.J. Construções Ltda., conforme discriminado nos itens abaixo, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença, em razão da ausência de comprovação da boa aplicação dos recursos públicos, conforme detalhado no relatório.



ACÓRDÃO Nº 2/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 2/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.3. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária** a pessoa jurídica **Marreira Construções e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.**, no valor de **R\$ 683.495,43** (seiscentos e oitenta e três mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e quarenta e três centavos), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença, em razão da ausência de comprovação da execução dos serviços detalhados no relatório.
- 10.4. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária** a pessoa jurídica **P.J. Contruções Ltda.**, no valor de **R\$ 76.135,32** (setenta e seis mil, cento e trinta e cinco reais e trinta e dois centavos), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença, em razão da ausência de comprovação da execução dos serviços detalhados no relatório.
- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. Raimundo Nonato Souza Martins**, no valor de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o cofre estadual, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.6. Aplicar Multa ao Sr. Raimundo Nonato Souza Martins** no valor de **R\$ 12.056,33** (doze mil e cinquenta e seis reais e trinta e três centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.7. Determinar à atual gestão que:**
10.7.1 tome as providências necessárias para dar cumprimento ao art.



ACÓRDÃO Nº 2/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 2/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

76 da Lei 4.320/64;

10.7.2 que realize o levantamento dos bens móveis e imóveis, dando cumprimento às determinações da Lei 4.320/64 quanto à gestão dos bens da administração municipal;

10.7.3 adote as providências necessárias para substituir os serviços prestados por contrato pelo provimento de cargos efetivos, conforme relatório elaborado pelo órgão técnico, fixando para isso o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, através de concurso público;

10.7.4 tome as providências necessárias para regularizar os contratos de locação de imóveis funcionais, de modo a cumprir com as regras da Lei 8.666/93.

10.8. Determinar à SECEX que inclua no escopo da próxima inspeção a ser realizada na Prefeitura de São Paulo de Olivença a apuração do cumprimento das determinações acima;

10.9. Notificar o Sr. Raimundo Nonato Souza Martins e às pessoas jurídicas **Marreira Construções e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda., P.J. Construções Ltda. e TAG Comércio de Tintas-ME** para que tomem conhecimento deste Acórdão.

11- Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Janeiro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral